

## Oxymed Comércio e Locação de Equipamentos Médico Hospitalares Ltda.

CNPJ/ME nº 57.417.537/0001-79 - NIRE 35.207.447.399

### 14ª Alteração e Consolidação ao Contrato Social

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas, (i) **Marcos Aurélio Meneguetti**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, industrial, portador da cédula de identidade RG nº 11.227.869-3 (SSP/SP), e inscrito no CPF/ME sob o nº 087.418.028-70, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Alameda dos Guaiós, nº 250, ap. 83A, Planalto Paulista, São Paulo, CEP 04070-000 ("Marcos"); e (ii) **Maria Elisa Parreira de Barros Meneguetti**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 11.050.737-X, e inscrita no CPF/ME sob o nº 087.418.018-06, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Alameda dos Guaiós, nº 250, ap. 83A, Planalto Paulista, São Paulo, CEP 04070-000 ("Maria Elisa"). Unicos sócios da **Oxymed Comércio e Locação de Equipamentos Médico Hospitalares Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gustavo da Silveira, nº 1.357, Quadra 16, Vila Santa Catarina, CEP 04376-006, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 57.417.537/0001-79, com seu Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.207.447.399 ("Sociedade"), resolvem alterar o Contrato Social em vigor, nos seguintes termos e condições: **I. Da Rerrificação.** 1.1. Resolvem os sócios, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, rerrificar a Cláusula Primeira da 12ª Alteração ao Contrato Social da Sociedade, realizada em 01 de julho de 2020, registrada perante a JUCESP em sessão de 11 de agosto de 2020, sob o nº 293.323/20-3, para fazer constar o endereço completo da Sociedade, como deixou de constar por um lapso. 1.1.1. Tendo em vista a rerrificação acima, decidem os sócios consolidar a Cláusula Primeira da 12ª Alteração ao Contrato Social da Sociedade, a qual passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**Cláusula Primeira.** A sociedade gira sob a denominação social de "**Oxymed Comércio e Locação de Equipamentos Médico Hospitalares Ltda.**", com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, situada na Rua Gustavo da Silveira, nº 1.357, Quadra nº 16, Vila Santa Catarina, CEP 04376-006". 1.2. Resolvem os sócios, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, rerrificar a Cláusula Primeira da 13ª Alteração ao Contrato Social da Sociedade, realizada em 07 de fevereiro de 2023, registrada perante a JUCESP em sessão de 24 de fevereiro de 2023, sob o nº 085.309/23-0, para fazer constar que CEP correto da Companhia é o CEP 04376-006, e não o CEP 04276-006, como por um lapso constou. 1.2.1. Tendo em vista a rerrificação acima, decidem os sócios consolidar a Cláusula Primeira da 13ª Alteração ao Contrato Social da Sociedade, a qual passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**Cláusula Primeira.** A sociedade gira sob a denominação social de "**Oxymed Comércio e Locação de Equipamentos Médico Hospitalares Ltda.**", com sede social na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, situada na Rua Gustavo da Silveira, nº 1.357, Quadra nº 16, Vila Santa Catarina, CEP 04376-006". **II. Da Transformação de Sociedade Limitada para Sociedade por Ações.** 2.1. Decidem os sócios, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, transformar o tipo societário da Sociedade, que passará de sociedade limitada para sociedade por ações de capital fechado, nos termos e condições ora estabelecidos e conforme Estatuto Social transcrito no Anexo I. 2.2. A transformação ora aprovada em nada afeta a continuidade da Sociedade, não havendo, portanto, constituição de nova sociedade, mas apenas transformação de tipo societário. 2.3. Os sócios decidem alterar a denominação social da Sociedade para "**Oxymed Comércio e Locação de Equipamentos Médico Hospitalares S.A.**". 2.4. Os sócios, qualificados no preâmbulo, atuais quotistas da Sociedade, passarão à qualidade de acionistas. 2.5. Em consequência da transformação ora deliberada, os sócios da Sociedade decidem, por unanimidade, converter as 26.500.000 (vinte e seis milhões e quinhentas mil) quotas, de valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, em 26.500.000 (vinte e seis milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais são alocadas às sócias, atuais acionistas da Sociedade, da seguinte forma: (i) **Maria Elisa Parreira de Barros Meneguetti** passa a deter 26.235.000,00 (vinte e seis milhões, duzentas e trinta e cinco mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas tendo subscrito tais ações em conformidade com o Boletim de Subscrição anexado à presente como Anexo II, e (ii) **Marcos Aurélio Meneguetti** passa a deter 265.000 (duzentas e sessenta e cinco mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas tendo subscrito tais ações em conformidade com o Boletim de Subscrição anexado à presente como Anexo III. **III. Da Administração da Sociedade.** 2.1. Aprovar a eleição da Diretoria da Sociedade que será composta por 02 (dois) Diretores, os quais terão mandato unificado por prazo determinado de 3 (três) anos a contar da presente data. 2.2. Para os fins do disposto acima, atuarão como Diretores da Companhia os acionistas **Marcos Aurélio Meneguetti** e **Maria Elisa Parreira de Barros Meneguetti**, já qualificados anteriormente, são investidos em seus cargos na presente data mediante assinatura dos respectivos Termos de Posse anexos à presente ata como Anexo IV e V. 2.3. Os Diretores ora eleitos aceitam os cargos

para os quais foram indicados e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, conforme previsto no § 1º, do art. 147, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada como indicado nos termos de posse lavradas em livro próprio. **III. Do Estatuto Social.** 3.1. Tendo em vista as deliberações acima, os acionistas decidem aprovar, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, a redação do Estatuto Social que, com as alterações ora aprovadas, passará a reger a Companhia, o qual foi lido e assinado por todos. 3.2. Autorizar os Diretores da Sociedade a tomar todas as providências necessárias para o registro e publicações requeridos conforme a legislação aplicável, incluindo o registro perante a JUCESP, a Receita Federal do Brasil e as entidades federais, estaduais e municipais aplicáveis, dentre outros. 3.3. As Partes assinantes concordam com a assinatura eletrônica desta Alteração ao Contrato Social e seus anexos, reconhecendo sua devida validade jurídica, nos termos do artigo 10, parágrafo 2º da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, bem como reconhecem que o presente instrumento possui valor probatório e que as obrigações e responsabilidades por meio deste estabelecidas são plenamente válidas e vinculantes. E, por estarem justas e contratadas, as Partes assinam a presente Alteração ao Contrato Social em 1 (uma) única via eletrônica. 24 de abril de 2023. **Sócios: Marcos Aurélio Meneguetti e Maria Elisa Parreira de Barros Meneguetti.** Visto do Advogado: José Samurá Saiari, OAB/SP nº 123.478. **Anexo I. Estatuto Social da Oxymed Comércio e Locação de Equipamentos Médico Hospitalares S.A.** CNPJ nº 57.417.537/0001-79. **Capítulo I – Da Denominação, Sede, Foro, Objeto Social e Duração.** **Cláusula 1ª.** A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado denominada **Oxymed Comércio e Locação de Equipamentos Médico Hospitalares S.A.**, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis ("Companhia"). **Cláusula 2ª.** A Companhia tem sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, situada na Rua Gustavo da Silveira, nº 1.357, Quadra nº 16, Vila Santa Catarina, CEP 04376-006, podendo instalar e estabelecer filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer localidade no país ou exterior. **Cláusula 3ª.** A Companhia tem por objeto social a importação, comércio, locação e assistência técnica de equipamentos médicos e hospitalares. **Cláusula 4ª.** O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações.** **Cláusula 5ª.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 26.500.000,00 (vinte e seis milhões e quinhentas mil reais) dividido em 26.500.000 (vinte e seis milhões e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro.** Os acionistas terão sempre preferência na subscrição em caso de aumento do capital social, guardada a proporção das ações de que são possuidores, direito esse que deverá ser exercido dentro do prazo fixado pela Assembleia Geral que deliberar sobre o respectivo aumento, o qual não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias da data da publicação da ata da assembleia geral que tratou do aumento. **Parágrafo Segundo.** No caso de integralização de bens, a Assembleia Geral deliberar sobre a avaliação deles que deverá ser realizada por peritos nomeados ou empresas especializadas, de reconhecida idoneidade. **Parágrafo Terceiro.** Concluído o laudo pericial dos bens oferecidos para a integralização do capital pretendido, a Diretoria convocará, no prazo de 5 (cinco) dias, a Assembleia Geral que deliberará sobre a matéria em questão. **Cláusula 6ª.** Cada ação ordinária nominativa corresponde a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Cláusula 7ª.** As ações ordinárias nominativas, representativas do Capital Social, são indivisíveis em relação à Companhia. **Cláusula 8ª.** A propriedade das ações nominativas presume-se pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas. **Cláusula 9ª.** A transferência das ações nominativas opera-se por termo lavrado no Livro de Transferência de Ações Nominativas, datado e assinado pelo cedente e pelo cessionário, ou seus legítimos representantes. **Capítulo III – Assembleias Gerais.** **Cláusula 10ª.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social da Companhia e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria, por carta, fax, ou correio eletrônico, sendo certo que a declaração escrita de ciência será considerada formalizada por meio de aviso de recebimento de carta registrada, comprovante de envio de fax ou de correio eletrônico. **Parágrafo Segundo.** As formalidades de convocação para realização de Assembleia Geral serão dispensadas no caso de comparecimento da totalidade dos acionistas da Companhia. **Parágrafo Terceiro.** A Assembleia Geral será presidida e secretariada por pessoas eleitas pela maioria dos acionistas presentes. **Cláusula 11ª.** As Assembleias Gerais instalar-se-ão com a presença de acionistas titulares de, no mínimo, a maioria das ações com direito a voto, salvo se houver maior quórum exigido por lei. **Cláusula 12ª.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por acionistas representando, pelo menos, a maioria das ações com direito a voto, salvo exceções legais. **Capítulo IV – Administração.** **Cláusula 13ª.** A Diretoria da Companhia, cujos membros serão eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, será composta por 2 (dois) Diretores, residentes ou não no país, sendo um Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica, com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **Cláusula 14ª.** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral, e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes,

ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência à Assembleia Geral. **Cláusula 15ª.** Os membros da Diretoria serão investidos, nos respectivos cargos mediante termo de posse, devidamente registrado no Livro de Registro de Atas das Reuniões de Diretoria, neles permanecendo até a eleição e posse de seus substitutos. **Cláusula 16ª.** Compete aos Diretores: (a) representar a Companhia ativa ou passivamente em qualquer Juízo ou fora dele, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais; e (b) firmar contratos, assinar documentos, exercer direitos em nome da Companhia, inclusive poderes para transigir, renunciar, desistir, firmar acordos, compromissos, sacar, emitir, endossar, avalizar ou aceitar duplicatas ou quaisquer outros títulos de crédito. **Parágrafo Único.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes perante a Companhia, atos de administradores, procuradores ou empregados que importem na assunção de obrigações ou responsabilidades, pela Companhia, estranhas ao seu objeto social. **Cláusula 17ª.** A Companhia considerará-se obrigada quando representada: (a) isoladamente pelo Diretor Presidente; (b) isoladamente por 1 (um) procurador; de acordo com os poderes a ele conferidos, observado o Parágrafo Único abaixo ou (c) pelo Diretor sem designação específica em conjunto com 01 (um) procurador ou com o Diretor Presidente. **Parágrafo Único.** As procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente e terão prazo de validade limitado a 1 (um) ano, exceto aquelas para fins judiciais ou para a prática de ato específico, sem previsão exata de término, caso em que, cessadas as razões para as quais foram outorgadas, ficam automaticamente revogadas. **Cláusula 18ª.** Qualquer dos Diretores poderá representar a Companhia, isoladamente, perante quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, tais como a Junta Comercial do Estado de São Paulo, a Receita Federal do Brasil, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Prefeitura do Município de São Paulo, a Previdência Social e o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), única e exclusivamente no que se refere a atos de mero expediente, como solicitação de registro de documentos, requerimento de inscrição, atualização ou alteração cadastral da Companhia nos referidos órgãos, obtenção de informações sobre a situação cadastral da Companhia, regularização de pendências e requerimento e obtenção de certidões negativas, entre outras providências da mesma natureza. **Cláusula 19ª.** Incumbirá à Assembleia Geral fixar as remunerações globais anuais dos Diretores. **Cláusula 20ª.** No caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria, a Assembleia Geral deverá, imediatamente, convocar reunião com o propósito de eleger o novo Diretor para preencher o cargo vago. **Capítulo V – Conselho Fiscal.** **Cláusula 21ª.** A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) membros eletivos e de igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral que deliberar sua instalação e que lhes fixará a remuneração, observado o disposto no art. 162, § 3º da Lei 6.404/76. Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei. **Capítulo VI – Exercício Social, Balanço e Demonstrações Financeiras.** **Cláusula 22ª.** O exercício social coincide com o ano civil, e inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. Findo o exercício social serão elaborados o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras exigidas por lei. **Cláusula 23ª.** No fim de cada exercício será levantado um balanço geral, observadas as disposições legais vigentes. Dos lucros líquidos verificados, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. O restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, desde que tenha sido distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) na forma do artigo 202, da Lei nº 6.404/76. **Cláusula 24ª.** A Companhia poderá declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos intermediários ou intercalares à conta de balanço semestral ou reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Parágrafo Primeiro.** A Companhia poderá, por deliberação do Diretor Presidente, determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio, na proporção das respectivas participações no capital social ou em outra proporção deliberada em Assembleia Geral, na forma e nos limites da legislação aplicável. **Parágrafo Segundo.** Os dividendos intermediários ou intercalares e os juros sobre o capital próprio, declarados em cada exercício social, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. **Capítulo VII – Dissolução e Liquidação.** **Cláusula 25ª.** A Companhia será dissolvida e liquidada nos casos previstos em lei. A Assembleia Geral estabelecerá as condições da liquidação e nomeará o liquidante que funcionará durante o período de liquidação, fixando os respectivos honorários. **Capítulo VIII – Disposições Gerais.** **Cláusula 26ª.** Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela legislação sobre as sociedades por ações em vigor, pelas disposições legais e por resoluções da Assembleia Geral. **Cláusula 27ª.** Para todas as questões oriundas deste contrato, fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **Marcos Aurélio Meneguetti** – Sócio e Diretor Presidente; **Maria Elisa Parreira de Barros Meneguetti** – Sócia e Diretora. Visto do Advogado: José Samurá Saiari OAB/SP nº 123.478. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 173.421/23-4 e NIRE 35.300.614.739 em 08/05/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Trend Viagens Operadora de Turismo S.A.

CNPJ/ME nº 19.916.590/0001-25 - NIRE 35.300.508.491

### Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 28 de Março de 2023

1. **Data, Hora e Local:** Realizada no dia 28 de março de 2023, às 11h, na sede social da Trend Viagens Operadora de Turismo S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, 227, 8º andar, sala 84, Bairro Jardim, CEP 09090-401. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em decorrência de estar presente a única acionista da Companhia, detentora da totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. 3. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Leonel Dias de Andrade Neto**, e secretariados pela Sra. **Jéssica Soliguetti Vicente**. 4. **Ordem do Dia e Deliberações:** a única acionista da Companhia, por unanimidade de votos, sem quaisquer reservas ou ressalvas, tomou a seguinte deliberação: 4.1. Aprovação do aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de 17.300 (dezesete mil e trezentas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas e integralizadas pela única acionista da Companhia, mediante aporte de R\$ 17.300.000,00 (dezesete milhões e trezentos mil reais), nos termos do boletim de subscrição que constitui Anexo I à presente ata. O capital social, que antes possuía o valor de R\$ 337.184.289,59 (trezentos e trinta e sete milhões, cento e oitenta e quatro mil, duzentos e oitenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), dividido em 68.900 (sessenta e oito mil e novecentas) ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 58.900 (cinquenta e oito mil e novecentas) ações ordinárias, 5.690 (cinco mil seiscentas e noventa) ações preferenciais classe A e 4.310 (quatro mil trezentas e dez) ações preferenciais classe B, passou a ser de R\$ 354.484.289,59 (trezentos e cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, duzentos e oitenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), dividido em 86.200 (oitenta e seis mil e duzentas) ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 76.200 (setenta e seis mil e duzentas) ações ordinárias, 5.690 (cinco mil seiscentas e noventa) ações preferenciais classe A e 4.310 (quatro mil trezentas e dez) ações preferenciais classe B. Dessa forma, o *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a ter a seguinte redação: "**Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 354.484.289,59 (trezentos e cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, duzentos e oitenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), dividido em 86.200 (oitenta e seis mil e duzentas) ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 76.200 (setenta e seis mil e duzentas) ações ordinárias, 5.690 (cinco mil seiscentas e noventa) ações preferenciais classe A e 4.310 (quatro mil trezentas e dez) ações preferenciais classe B." 5. **Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a Assembleia encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o art. 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Santo André/SP, 28 de março de 2023. **Confere com o original lavrado em livro próprio.** **Jéssica Soliguetti Vicente** - Secretária. JUCESP nº 212.044/23-0 em 24/05/2023. **Maria Cristina Frei** - Secretária Geral.

# Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833  
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

# DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/05/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





**Pérola Distribuição e Logística S.A.**

CNPJ/MF nº 06.204.131/0001-77

**Relatório da Administração**

A Pérola Distribuição e Logística S.A., é uma companhia que atua no setor atacadista e varejista com a predominância na comercialização de produtos alimentícios, emprega mais de 1.400 colaboradores, tem investido em seu crescimento sustentável e apesar de todas as dificuldades e desafios tem conseguido atravessar esses momentos de incertezas políticas e econômicas que ainda passamos pelo mundo todo. No ano de 2022 a inflação causada pela ruptura das cadeias de suprimento, afetou a economia de forma global, e o grupo por consequência, passou por muitos desafios devido ao ambiente político instável com preços e juros oscilando. A inflação crescente e o conflito militar na Ásia, causou uma instabilidade nas commodities, e atingiu o preço do açúcar que é o produto principal do grupo. Diante desse cenário desafiador, repleto de incertezas, e com o esforço conjunto de toda a companhia, atingimos metas e batemos recordes, mantendo seis segmentos diferentes, nesse ambiente instável tivemos um crescimento de 15% no faturamento em relação ao ano anterior, número esse que foi acima do esperado pela instabilidade e recuo da economia ocorrido no ano de 2022, inauguramos uma nova unidade em Goiânia-GO, aumentando nossa capacidade de armazenagem, conseguindo em 2022 atender uma média de 15.331 clientes por mês. O grupo neste ano buscou consolidar sua história, seus números são bastante significativos em relação a sustentabilidade, e sob os direitos humanos, sempre crescendo seu quadro de pessoas, chegando em 2022 a 1.408 colaboradores, apoiando sempre na manutenção dos seus direitos, e mantendo sempre a equipe motivada e comprometida, gerada a partir de estratégias de liderança a empatia, coerência, que sempre

envolve as lideranças nos objetivos coletivos, gerando confiança, reconhecimento e produtividade. Sustentabilidade tem se tornado cada dia mais relevante nos negócios, por isto estamos buscando reforçar nossas políticas ESG (Environmental, Social and Governance) em ações mais arrojadas e concretas, consultorias nos apoiaram em 2022 na realização de ações de boas práticas operacionais (Governança), temos a conscientização social sobre grupos minoritários, a mulher foi homenageada pelo seu papel dentro da organização e é reforçado a importância delas nos cargos de liderança, também respeitamos as políticas de cotas onde estas são tratadas como uma forma do grupo mostrar seu valor social. Desde a sua integração o colaborador recebe um kit e orientações de como o grupo preocupa com o consumo, seja hídrico, elétrico, e ainda sobre o descarte adequado dos resíduos gerados por todos. O retorno dessas ações será para as futuras gerações, seu foco vai além do lucro e pretende gerar um impacto social e ambiental positivo para o futuro. Em 2022 concretizamos a abertura de um novo CD em Goiânia, a ampliação da Filial DF para um mix de 8 mil itens, e o engajamento logístico para otimização dos espaços e melhoria na distribuição na unidade de Anápolis, incrementamos e investimos em segurança da informação, e otimizamos as atividades com a tecnologia aplicada, inteligência artificial e com a transformação digital. Esta frase é costumeira, mas faz parte de nossa essência. "SOMOS TANTOS, SOMOS UM", um grupo apaixonado pela movimentação e desenvolvimento, e acreditamos que harmonia e bem-estar aliados a uma boa qualidade de vida podem fazer um mundo melhor, 2022 foi mais um ano desafiador, e que todos os desafios superados

nos mostraram o quanto estamos preparados para as adversidades e o que ainda precisamos enfrentar. Na gestão e proteção de colaboradores, demos continuidade nas práticas já adotadas dos protocolos dos órgãos de saúde, envolvendo higienização de ambiente, distanciamento, utilização de máscara, afim de mantermos, mesmo com o afrouxamento dos protocolos sanitários instituídos para o combate à COVID, a segurança de nossos colaboradores, mas o primordial foi o esforço da companhia na manutenção dos empregos que continuará sendo uma meta para o próximo ano. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras e Contábeis nos termos da lei 6.404/76 e suas alterações e CPC's, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, referente ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como colocar à disposição dos interessados as informações e documentações que deram suporte para as Demonstrações, os quais podem ser solicitados na sede da sociedade durante o expediente comercial. A Administração da Companhia reviu, discutiu e concorda com o integral teor das Demonstrações Contábeis e Financeiras assim como o relatório dos auditores independentes. Aproveitamos o ensejo para agradecermos os esforços de todo o quadro de colaboradores e a confiança de nossos fornecedores, instituições financeiras e órgãos públicos, sem os quais não seria possível alcançar o êxito neste exercício ora encerrado.

**Maurício Miguel Elias**  
Diretor Presidente

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)			
Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.429	12.619
Contas a receber de clientes	5	140.516	122.365
Estoques	6	209.732	170.439
Tributos a recuperar	7	38.014	35.918
Devoluções a receber		270	437
Adiantamentos	8	6.344	5.040
Créditos com acionistas		-	4.446
Outros créditos a receber		5	104
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>404.310</b>	<b>351.368</b>
<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	9	6.015	8.482
Investimentos	10	9.465	9.295
Tributos a recuperar	7	47.166	43.103
Impostos diferidos	17a	2.843	2.989
Consórcios		499	962
Empréstimo com partes relacionadas	25a	47.930	38.415
Imobilizado	11	20.143	11.240
Intangível	12	745	847
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>134.805</b>	<b>115.332</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>539.115</b>	<b>466.699</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)						
	Notas	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva Retenção de Lucros	Lucros/Prejuízos acumulados
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>7.000</b>	<b>68.120</b>	<b>1.400</b>	<b>16.473</b>	<b>-</b>
Aumento de capital social	19a	43.000	(43.000)	-	-	-
Distribuição de dividendos	19d	-	-	-	(5.000)	(5.000)
Resultado do exercício		-	-	-	-	46.799
Constituição de reserva legal	19c	-	-	-	-	(46.799)
Constituição reserva de incentivos fiscais	19b	-	46.799	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>50.000</b>	<b>71.920</b>	<b>1.400</b>	<b>11.473</b>	<b>134.793</b>
Aumento de capital social	19a	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	19d	-	-	-	-	(1.370)
Resultado do exercício		-	-	-	-	1.370
Compensação com prejuízos	19c	-	-	(1.370)	-	-
Constituição reserva de incentivos fiscais	19b	-	11.473	-	(11.473)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>50.000</b>	<b>83.393</b>	<b>30</b>	<b>-</b>	<b>133.423</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)**

**1. Contexto operacional** – A Pérola Distribuição e Logística S/A ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, instalada à Via Anhanguera Km 24 + 200, bloco V, Módulo 51, Jardim Jaraguá, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05.275-000, inscrita no CNPJ sob o número 06.204.131/0001-77, NIRE sob o número 35300516265 e tem como objetivo social o comércio atacadista, varejista, importação e exportação de produtos alimentícios, produtos de limpeza, latarias, armários, bebidas, ferragens, ferramentas, cosméticos, produtos de perfumaria, beleza e higiene pessoal, empacotamento de açúcar e fabricação de açúcar moído, triturado, refinado. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras** – a. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma mencionada. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativa e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. As informações sobre premissas e incertezas associadas às estimativas e aos julgamentos, estão divulgadas na nota explicativa nº 3 e a Companhia não possui itens que possuem efeitos significativos sobre os valores mensurados nas demonstrações financeiras no contexto da sua operação. **e. Representação de cifras comparativas:** Em 10/06/2020 através do processo 5170397-27.2020.8.09.0051, a Companhia obteve uma decisão favorável para o não pagamento da contribuição de custeio ao Fundo Protege Goiás, e no ano de 2021, sustentada por essa decisão, não efetuou os recolhimentos dessa contribuição. Em 28/01/2022 a sentença foi reformada, considerando a cobrança da contribuição legal, o processo atualmente está em análise aguardando julgamento no STF. A Companhia não efetuou a provisão dessas contribuições no ano de 2021 conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A Companhia então conforme prevê o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro ajustou as suas demonstrações financeiras, retrospectivamente, nos passivos, demonstração do resultado, fluxo de caixa e patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 originalmente apresentados. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, que são apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. Os impactos no balanço patrimonial do exercício comparativo, findo em 31 de dezembro de 2021 estão apresentados a seguir:

Os impactos na demonstração do resultado do exercício comparativo, findo em 31 de dezembro de 2021 estão apresentados a seguir:

	Impactos da reapresentação		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida de vendas de mercadorias	1.148.983	(4.609)	1.144.374
Custo das mercadorias vendidas	(972.634)	-	(972.634)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>176.349</b>	<b>(4.609)</b>	<b>171.740</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(135.078)</b>	<b>-</b>	<b>(135.078)</b>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>41.271</b>	<b>(4.609)</b>	<b>36.662</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras</b>	<b>50.699</b>	<b>-</b>	<b>50.699</b>
Despesas financeiras	(36.255)	(3.904)	(40.159)
<b>Resultado Financeiro líquido</b>	<b>14.444</b>	<b>(3.904)</b>	<b>10.540</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>55.715</b>	<b>(8.513)</b>	<b>47.202</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(403)	-	(403)
<b>Resultado do exercício</b>	<b>55.312</b>	<b>(8.513)</b>	<b>46.799</b>
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>55.312</b>	<b>(8.513)</b>	<b>46.799</b>

**f. Data de aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 05 de maio de 2023. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. **3. Principais práticas contábeis** – A Sociedade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Apuração do resultado e reconhecimento de receitas:** É apurado em conformidade com o regime de competência. As vendas das mercadorias são reconhecidas na emissão das notas fiscais de venda. No encerramento das demonstrações financeiras, a Sociedade avalia se a obrigação de performance foi cumprida na devida competência, e, quando relevantes, as vendas reconhecidas sem a entrega das mercadorias (obrigação de performance) são estornadas, incluindo impostos e custos vinculados. **b. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos ativos financeiros:** A Sociedade reconhece os ativos e passivos financeiros na data da negociação na qual as empresas se tornam partes das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado (modelo de negócio de manter fluxos de caixa contratuais mais juros), ao valor justo por meio do resultado abrangente (modelo de negócio tanto de manter fluxos de caixa contratuais mais juros quanto de vender os instrumentos financeiros) ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão dos instrumentos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando as empresas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelas empresas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual. Instrumentos financeiros não derivativos ativos incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Os instrumentos ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade, em decorrência do seu modelo de negócio e características dos instrumentos financeiros ativos que envolvem receber fluxo de caixa e juros, classificou tais instrumentos na categoria de custo amortizado, que compreende: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos. **(ii) Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos passivos financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda do desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Demonstrações dos Resultados			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de vendas de mercadorias	20	1.315.182	1.144.374
Custo das mercadorias vendidas	21	(1.111.626)	(972.634)
<b>Lucro bruto</b>		<b>203.555</b>	<b>171.740</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas com pessoal e encargos	22	(60.142)	(51.630)
Despesas tributárias	22	(5.766)	(20.947)
Despesas comerciais	22	(81.504)	(64.491)
Despesas com operação	22	(31.140)	(26.766)
Despesas administrativas	22	(14.557)	(12.348)
Outras receitas operacionais	23	3.970	41.104
<b>Total receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(189.138)</b>	<b>(135.078)</b>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>14.417</b>	<b>36.662</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras</b>			
Receitas financeiras	24	39.345	50.699
Despesas financeiras	24	(54.986)	(40.159)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(15.641)</b>	<b>10.540</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(1.224)</b>	<b>47.202</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17b	(146)	(403)
<b>Resultado do exercício</b>		<b>(1.370)</b>	<b>46.799</b>
<b>Quantidade de ações disponíveis no final do exercício (lote de 1.000 ações)</b>	19a	7.000	7.000
Ações ordinárias e nominativas	19a	6.300	6.300
Ações preferenciais e nominativas	19a	700	700
<b>Lucro do exercício por ações</b>		<b>(0,1957)</b>	<b>6,6856</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)			
	31/12/2022	31/12/2021	Reapresentado
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(1.370)</b>	<b>46.799</b>	<b>-</b>
Resultados abrangentes	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(1.370)</b>	<b>46.799</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa- Método Indireto			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)	31/12/2022	31/12/2021	Reapresentado
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>(1.370)</b>	<b>46.799</b>	<b>-</b>
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(1.370)</b>	<b>46.799</b>	<b>-</b>
<b>Ajustes para reconciliar o resultado do exercício</b>			
Provisão contingências judiciais	1.586	(868)	-
Provisão para perda estoques	49	18	-
Provisão de perdas para recebimento de créditos	(268)	(538)	-
Ajuste a valor presente de contas a receber	408	275	-
Ajuste a valor presente de estoques	354	419	-
Ajuste a valor presente de fornecedores	(1.043)	(59)	-
Depreciação	2.605	1.736	-
Amortização	106	134	-
Baixa de ativo imobilizado	-	84	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	146	403	-
<b>Resultado ajustado</b>	<b>2.572</b>	<b>48.403</b>	<b>-</b>
<b>Aumento/Redução – Ativos</b>			
Contas a receber de clientes	(18.290)	(33.609)	-
Impostos a recuperar	(6.160)	(66.546)	-
Estoques	(39.696)	(36.637)	-
Adiantamentos	(1.304)	(3.683)	-
Créditos com acionistas	4.446	1.400	-
Empréstimos com partes relacionadas	(9.515)	(1.301)	-
Outros créditos	265	89	-
<b>Aumento/Redução – Passivos</b>			
Fornecedores	47.627	17.424	-
Obrigações tributárias	(10.427)	37.147	-
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	468	592	-
Empréstimos com partes relacionadas	1.884	1.837	-
Outras contas a pagar	(2)	(25)	-
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(28.132)</b>	<b>(34.910)</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado	(11.508)	(5.440)	-
Aquisição de intangível	-	-	-
Aquisição de consórcios	463	(412)	-
Variação de depósitos judiciais	2.467	(2.810)	-
Variação de investimentos	(170)	(83)	-
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(8.748)</b>	<b>(8.745)</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Captação/pagamento de empréstimos e financiamentos	33.690	48.103	-
Pagamento de dividendos	-	(5.000)	-
Consórcios contemplados à pagar	-	(38)	-
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamentos</b>	<b>33.690</b>	<b>43.065</b>	<b>-</b>
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(3.190)</b>	<b>(590)</b>	<b>-</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	12.619	13.210	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	9.429	12.619	-
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(3.190)</b>	<b>(590)</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade mantinha passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado compreendem: fornecedores, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar e outras obrigações. **(iii) Compensação dos ativos e passivos financeiros:** Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, as empresas têm o direito legal de compensar os valores e têm a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(iv) Instrumentos financeiros derivativos:** A Sociedade não mantém instrumentos financeiros derivativos. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Compostos por saldos de caixa, contas correntes bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com vencimento original igual ou inferior a 90 dias da data do balanço, ou consideradas de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, e que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **d. Contas a receber:** Os clientes do contas a receber referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e são ajustadas a valor presente se este ajuste for relevante. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização da conta clientes. Para assegurar a efetividade deste ativo, os clientes são avaliados por análise de score, e os clientes analisados que apresentem algum risco

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/05/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



... continuação

de recebimento são submetidos a apresentação de garantia, ou pagamento antecipado. A Administração da Sociedade passou a registrar em suas demonstrações financeiras o ajuste a valor presente nas operações de vendas a prazo, as quais foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Foi utilizado uma taxa média de 20,27% a.a. em dezembro de 2022, base dos descontos dos recebíveis. O ajuste a valor presente das vendas a prazo é registrada na rubrica "Contas a receber" (nota 5) e sua contrapartida na rubrica "Receita líquida de vendas de mercadorias" (nota 20). **e. Provisão perdas esperadas com créditos:** As contas a receber são demonstradas pelos valores faturados por competência até a data do balanço, reduzidos pela provisão para perdas de créditos. Com a adoção

Critérios de Provisão / Categoria	Pérola Distribuição e Logística S.A.									
	AAA	AA	A	B	C	D	E	F	G	H
Dias Atraso	01-10	11-20	21-30	31-60	61-90	91-120	121-150	151-360	Sup. 360	
Percentual	0,50%	1%	1,50%	2%	3%	10%	30%	50%	70%	100%

**f. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, ou seja, não inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização e, quando aplicável, reduzido por provisão para cobrir eventuais perdas, e atualização por verba recebida ou concedida através de bonificação. As estimativas do valor realizável líquido devem ser baseadas nas evidências mais confiáveis disponíveis no momento em que são feitas as estimativas do valor dos estoques que se espera realizar, já considerando as possíveis perdas. Quando aplicável, é constituída provisão para perda na realização dos estoques, seguindo os critérios apresentados a seguir: • Produtos vencidos/avariados; • Trocas em garantia; • Produtos com vencimento em até 1 mês após na data de fechamento de balanço. **g. Imobilizado:** Registrado pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é registrada pelo método linear com base na estimativa de vida útil dos ativos, conforme taxas anuais demonstradas na nota explicativa nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Os terrenos não sofrem depreciação. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. A Sociedade realiza anualmente análise de indícios de perda no valor recuperável do ativo imobilizado. Em 2022 e 2021 não foram identificados indícios de perdas que ensejassem o teste de recuperabilidade. **h. Intangível:** Representado, basicamente, por gastos incorridos na aquisição de softwares, deduzidos de sua amortização, a qual é calculada com base em uma estimativa de vida útil (tempo de uso das licenças ou geração de benefícios à Sociedade). **i. Incentivos fiscais:** Os incentivos fiscais são reconhecidos no resultado ao longo do período, confrontados com as despesas a compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. Seguem os incentivos utilizados pela Sociedade: **Bahia:** • Crédito outorgado regulamentado pelo art. 2º do decreto 7.799 de 09/05/2000. • Redução base de cálculo regulamentada pelo art. 1º do decreto 7.799 de 09/05/2000. **Distrito Federal:** • Crédito outorgado do regime especial de apuração regulamentado pela lei 5.005 de 21/12/2012. **Goiás:** • Crédito outorgado regulamentado pelo art. 11º, inc. III do anexo IX do RCTE-GO, com redação dada pelo art. 2º, inc. II, letra h da lei 13.194/97. • Crédito Outorgado regulamentado pelo art. 11º, inc. XVIII do anexo IX do RCTE-GO, com redação dada pelo art. 1, inc. I, letra i da lei 13.453/99. • Redução de base de cálculo regulamentada pelo art. 8º, inc. VIII do anexo IX do RCTE-GO, com redação dada pelo art. 1º da lei 12.462 de 08/11/1994. • Redução de base de cálculo regulamentada pelo art. 8º, inc. XXXIII do anexo IX do RCTE-GO, com redação dada pelo decreto nº 9.103 de 05/12/2017, decreto nº 9.282 de 20/07/2018 e Convênio ICMS 128/94. **Tocantins:** • Crédito presumido conforme termo de acordo de regime especial para concessão de benefícios fiscais previstos na lei nº 1.303/02. • Crédito presumido conforme termo de acordo de regime especial para concessão de benefícios fiscais previstos na lei nº 1.201/00. **J. Provisão para riscos com demandas judiciais:** A Sociedade é parte em processos judiciais e administrativos e suas provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para demandas judiciais estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis. Para que as provisões para demandas judiciais apresentadas reflitam a melhor estimativa de desembolsos futuros, os processos judiciais da Sociedade são avaliados e revisados periodicamente, com base em pareceres de advogados internos e externos, para estimar o potencial de perda de cada processo, sendo registrados contabilmente de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que estabelece que uma provisão deva ser reconhecida quando: (a) A Sociedade tem uma obrigação presente como consequência de um evento passado; (b) É provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) O montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não deve ser reconhecida. **k. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O regime de tributação é o lucro real. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base no lucro do exercício de cada exercício, ajustado na forma legal, sendo o imposto de renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro real acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente a R\$ 240.000,00 e pela contribuição social à alíquota de 9%. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. O imposto sobre a renda diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. O imposto sobre a renda corrente e diferido é reconhecido como despesa ou receita no

resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que os impostos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou ao patrimônio líquido. **l. Dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos é equivalente ao dividendo mínimo obrigatório (10%) conforme estabelecido no estatuto social da Sociedade. Os dividendos estão registrados como passivo circulante na rubrica "Dividendos a pagar". **m. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros:** A Sociedade reconhece no final de cada período provisões para perdas esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perda é mensurada por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, por meio da abordagem simplificada. A Sociedade também avalia se os ativos financeiros contemporalizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. **Ativos não financeiros:** A cada data de apresentação das demonstrações financeiras, a Administração da Sociedade avalia se há indicação de perda no seu valor recuperável nos valores contábeis dos ativos não monetários (imobilizado e intangível). Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os fatores considerados pela Sociedade incluem resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. **n. Benefícios a empregados:** Os pagamentos de benefícios tais como salários, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência. A Sociedade não possui benefícios para empregados pós emprego, tais como complemento de aposentadoria, nem remuneração com base em participações em ações de seus administradores. **o. Lucro líquido e dividendos por ação:** O lucro líquido e os dividendos por ação são calculados com base na quantidade de ações emitidas.

2022	2021	
Caixa	2.310	1.594
Bancos - Conta corrente	3.824	7.667
Aplicações financeiras (*)	3.295	3.358
<b>Total</b>	<b>9.429</b>	<b>12.619</b>

(\*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente, a operações de curto prazo, de alta liquidez, que estão prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

2022	2021	
Duplicatas a receber	143.531	126.042
Cartões de créditos a receber	3.599	3.211
Cheques devolvidos	30	49
(-) Provisão para perdas com créditos	(4.903)	(5.171)
(-) Recebimentos a identificar	(788)	(1.220)
(-) AVP Contas a receber	(952)	(544)
<b>Total</b>	<b>140.516</b>	<b>122.365</b>

O contas a receber manteve o critério de vencimento distribuído conforme se segue:

Idade de vencimento	2022	2021
A vencer	138.534	124.047
Vencidos:		
De 1 a 10 dias	1.443	322
De 11 a 20 dias	251	97
De 21 a 30 dias	2.033	41
De 31 a 60 dias	482	64
De 61 a 90 dias	163	47
De 91 a 120 dias	29	23
De 121 a 150 dias	149	52
De 151 a 360 dias	48	351
Acima de 361 dias	4.028	4.258
<b>Total</b>	<b>147.160</b>	<b>129.302</b>

A movimentação da provisão para perdas de créditos é como se segue:

2022	2021	
Saldo inicial	(5.171)	(5.709)
Constituições	268	538
(-) Reversões	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>(4.903)</b>	<b>(5.171)</b>

O contas a receber da Sociedade tem elevada diversificação de devedores, mas devido o atual cenário foram adotadas medidas de reanálise de crédito, o que resguardou uma manutenção dos índices de inadimplência, permitindo um índice equiparado ao ano anterior.

2022	2021	
Estoque de mercadoria para revenda	211.941	172.245
(-) Provisão para perdas nos estoques (*)	(300)	(252)
(-) AVP estoques	(1.909)	(1.555)
<b>Total</b>	<b>209.732</b>	<b>170.438</b>

(\*) A Sociedade contabilizou provisão para perda nos estoques de mercadorias que se encontram em situação de avariados, deteriorados e outros cujo vencimento estava próximo, comprometendo a sua realização. Todas essas mercadorias perderam a capacidade de geração de benefícios futuros, desta forma, foram objeto de provisão para perda no balanço de 31/12/2022, conforme requerido pelas práticas contábeis vigentes no Brasil. A efetiva baixa desses bens será efetuada em 2023 após os devidos trâmites legais que permitam o descarte no aterro sanitário ou recolhimento por parte das indústrias parceiras. Movimentação da provisão para perdas nos estoques:

2022	2021	
Saldo inicial	(252)	(233)
Constituições	(48)	(19)
Reversões	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>(300)</b>	<b>(252)</b>

**7. Tributos a recuperar**

2022	2021	
COFINS a recuperar	13.146	11.654
CSLL a recuperar	10	114
IRPJ a recuperar	2	232
ICMS a recuperar	749	870
ICMS a recuperar - imobilizado	1.623	718
PIS a recuperar	2.946	2.538
Créditos tributários a recuperar (a)	19.468	19.756
Outros	70	36
<b>Circulante</b>	<b>38.014</b>	<b>35.918</b>

Créditos tributários a recuperar (a)

2022	2021	
Créditos tributários a recuperar (a)	47.166	43.103
<b>Não circulante</b>	<b>47.166</b>	<b>43.103</b>

(a) Os créditos tributários a recuperar são compostos por créditos de PIS e COFINS recuperados em decorrência da dedução do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS conforme processo transitado em julgado da Sociedade. O processo foi ajuizado em 2011, garantindo o direito de reconhecimento do crédito tributário desde o período de dezembro de 2006. O montante total em discussão para este processo foi de R\$ 62.859, sendo R\$ 34.846 de principal e R\$ 28.012 de atualização de juros. No ano de 2022

foi aplicado sobre o montante de crédito a atualização da taxa selic disponibilizada pela Receita Federal do Brasil.

2022	2021	
Adiantamentos	6.059	1.470
Adiantamentos a fornecedores (*)	7	3.367
Compras p/ entrega futura	278	203
Adiantamentos a funcionários	6.744	5.040

(\*) O aumento do saldo de adiantamentos a fornecedores são pagamentos antecipados de açúcar com previsão de recebimento das mercadorias no prazo máximo de 45 dias.

2022	2021	
Depósitos Judiciais	6.015	8.482
Depósitos judiciais (*)	6.015	8.482
<b>Total</b>	<b>6.015</b>	<b>8.482</b>

(\*) Os depósitos Judiciais refere-se a garantias vinculadas a uma discussão judicial de cunho tributário conforme previsto no Art. Nº 151 da Lei Nº 5.172/66 (CTN) e também a discussões judiciais de cunho trabalhista conforme previsto na IN Nº 36 do TST, em consonância com o Art. 836 da Lei Nº 5.452/43 (CLT).

**10. Investimentos** - Na conta de investimentos incluem os ativos financeiros, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, sendo eles:

2022	2021	
Títulos ING BANK	8.460	8.460
Cotas de Capital - SICREDI	255	85
Títulos de Capitalização	750	750
<b>Total</b>	<b>9.465</b>	<b>9.295</b>

**11. Imobilizado - a. Composição do saldo de imobilizado**

Vida útil em anos	Custo Aquisição	Depreciação	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Instalações	968	(876)	93	184
10 a				
Móveis e utensílios	5.791	(1.643)	4.148	392
10 a				
Máquinas e equipamentos	21.381	(9.116)	12.265	9.467
5 a				
Computadores e periféricos	7.925	(4.353)	3.572	1.099
8 anos				
Veículos	463	(398)	66	97
5 anos				
<b>Total</b>	<b>36.529</b>	<b>(16.386)</b>	<b>20.143</b>	<b>11.240</b>

**b. Movimentação**

Saldo inicial	Adição	Depreciação	Depreciação	Líquido	Líquido
184	-	-	(92)	93	184
392	4.018	-	(263)	4.148	392
4.148	4.207	-	(1.409)	12.265	9.467
9.467	3.283	-	(810)	3.572	1.099
1.099	97	-	(31)	66	97
97	-	-	(2.605)	20.143	11.240
<b>Total</b>	<b>11.240</b>	<b>11.508</b>	<b>-</b>	<b>20.143</b>	<b>20.143</b>

Instalações

Móveis e utensílios (a)

Máquinas e equipamentos (b)

Computadores e periféricos (c)

Veículos

(a) As aquisições de móveis e utensílios foram demandas para expansão da capacidade de armazenagem de algumas filiais e abertura de uma nova unidade de distribuição situada em Goiânia-GO. (b) As aquisições de máquinas e equipamentos foram para aprimoramento de suas filiais e implementação de uma nova unidade de distribuição situada em Goiânia-GO. (c) As aquisições de computadores e periféricos são aquisições destinadas para atualização ou reposição de equipamentos danificados e para a abertura de uma nova unidade de distribuição situada em Goiânia-GO. **c. Redução ao valor recuperável - "Impairment"** A administração da Pérola revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e intangível a ser mantido e utilizado nas operações com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. A administração verificou que nas datas de fechamento das demonstrações financeiras não haviam evidências de desvalorização desses ativos conforme pronunciamento CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

**12. Intangível**

2022	2021	
Sistemas (softwares) *	1.679	1.675
(-) Amortização Acumulada	(935)	(829)
<b>Total</b>	<b>745</b>	<b>847</b>

(\*) Os softwares referem-se ao sistema de gestão empresarial e estão registrados ao custo de aquisição e vem sendo amortizado linearmente em 12 anos.

**13. Fornecedores**

2022	2021	
Fornecedores	149.198	101.571
(-) AVP fornecedores	(1.592)	(549)
<b>Total</b>	<b>147.605</b>	<b>101.022</b>

A Sociedade coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

**14. Financiamentos e empréstimos** - Refere-se a financiamentos obtidos junto a instituições financeiras conforme exposto a seguir:

2022	2021	
Empréstimos	36.550	27.982
Banco do Brasil S/A	31.965	38.221
Banco Safra S/A	17.800	13.800
Banco Santander S/A	13.383	17.012
Itaú Unibanco S/A	29.267	29.236
Banco Sofisa S/A	12.773	9.327
Banco Original S/A	15.072	14.123
Banco Daycoval S/A	15.972	13.397
Banco Sicredi	15.000	-
Banco Industrial	188.302	163.098

**Arrendamento/Leasing**

2022	2021	
Banco Safra S/A	2.125	-
Banco Daycoval S/A	7.729	1.368
<b>Total</b>	<b>9.854</b>	<b>1.368</b>

**Total financiamentos e empréstimos**

2022	2021	
Circulante	106.175	103.143
Não Circulante	91.981	61.323

Apresenta-se a seguir, demonstrativo contendo o vencimento e os montantes dos empréstimos reconhecidos no passivo circulante e não circulante:

Ano	2022	2021
2022	-	103.143
2023	106.175	33.880
2024	78.542	22.931
2025	12.368	3.650
2026	1.071	862
<b>Total</b>	<b>198.156</b>	<b>164.466</b>

Contratos com cláusulas restritivas (covenants) em relação a determinadas informações financeiras (dívida financeira líquida/EBITDA), alienação, cisão, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. Todas as cláusulas restritivas (covenants) inerentes aos contratos de empréstimos e financiamentos requeridas são acompanhadas pela Administração da Companhia.

**15. Impostos, taxas e contribuições a recolher**

2022	2021	
Reapresentado	4.301	3.565
ICMS à recolher	8.356	15.698
Protege à recolher (c)	-	9
ICMS parcelamento	232	183
ICMS substituição tributária	18.540	22.115
ICMS parcelamento-GO (a)	16	14
Fundo de desenvolvimento econômico	-	365
ICMS parcelamento-MA	3.116	3.555
Parcelamento previdenciário (b)	38	16
ICMS fundo de combate à pobreza	-	27
ICMS parcelamento-PA	75	108
Parcelamento tributos federais	325	-
ICMS parcelamento-BA	245	-
ICMS parcelamento-SP	18	27
INSS à recolher sobre notas fiscais	18	18
IRRF à recolher sobre alugueis	4	6
IRRF à recolher sobre notas fiscais	15	18
ISSQN retido à recolher	16	

... continuação

### Pérola Distribuição e Logística S.A.

**19. Patrimônio líquido – a. Capital social:** Em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 19 de maio de 2021, foi decidido por unanimidade dos acionistas o aumento do capital social da sociedade para R\$ 50.000.000,00 com saldo de reservas de incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2022 o capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), dividido em 7.000.000 (sete milhões) de ações, sendo 6.300.000 (seis milhões e trezentas mil) ações ordinárias nominativas e 700.000 (setecentos mil) ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal. **b. Reserva de incentivos fiscais:** Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007), essa reserva recebe a parcela de subvenção governamental reconhecidos no resultado do exercício, em conta redutora de impostos, e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados, consequentemente, não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. A movimentação da reserva de incentivos fiscais é como segue:

	2022	2021
Saldo inicial	71.920	68.120
(-) Integralização no Capital Social (*)	-	(43.000)
(+) Constituição da reserva de incentivos fiscais	11.473	46.799
<b>Saldo final</b>	<b>83.393</b>	<b>71.920</b>

(\*) Em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 19 de maio de 2021, foi autorizado por unanimidade dos acionistas o aumento de capital social da sociedade com valores da conta de reservas de incentivos fiscais. **c. Reserva legal:** Constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, nos termos da lei societária e do estatuto social da Sociedade. A movimentação da reserva legal é como segue:

	2022	2021
Saldo inicial	1.400	1.400
(-) Aumento de capital com reserva legal	-	-
(-) Compensação com prejuízo	(1.370)	-
(+) Constituição da reserva legal	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>30</b>	<b>1.400</b>

**d. Reserva de retenção de lucros:** Constituída ou revertida de acordo com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. A reserva de retenção de lucros representa basicamente o lucro acumulado, em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 19 de maio de 2021, ficou definido por unanimidade dos acionistas a distribuição de lucros no valor de R\$ 5.000.000,00 sendo este valor retirado da reserva de retenção de lucros. A movimentação da reserva de lucros é como segue:

	2022	2021
Saldo inicial	11.473	16.473
(-) Distribuição de dividendos	-	(5.000)
(+) Constituição da reserva de incentivos fiscais	(11.473)	-
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>11.473</b>

**e. Dividendo obrigatório:** O dividendo obrigatório é equivalente ao percentual determinado nos termos do estatuto social que é de 10% do lucro líquido apurado no exercício social, após a realização das reservas de investimentos, incentivos fiscais, e legal. Demonstração da base de cálculo dos dividendos:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	(1.307)	46.799
(-) Reserva legal	-	-
(-) Constituição da reserva de incentivo fiscal	-	46.799
(-) Base de dividendos	-	-
Dividendos propostos	-	-
Percentual de distribuição	-	10%

**20. Receita líquida de vendas mercadorias** – A Sociedade gera receita oriunda de venda de mercadorias em geral no atacado e no varejo. A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentada nas demonstrações do resultado é conforme abaixo:

	2022	2021
Receita operacional bruta	1.620.693	1.408.377
(-) ICMS ST destacado nas vendas	(3.106)	(2.817)
(-) Despesas acessórias destacadas nas vendas	(1.600)	(1.522)
(-) Impostos incidentes s/ as vendas	(308.772)	(265.154)
(-) Bonificações nas vendas	(11.409)	(11.709)
(-) Devoluções e abatimentos	(12.227)	(11.321)
(-) AVP receita de vendas	(25.408)	(13.905)
(+) Subvenções fiscais para investimentos	57.011	42.426
<b>Receita líquida de vendas de mercadorias</b>	<b>1.315.182</b>	<b>1.144.374</b>

(\*) Foi ajustado em 2021 o valor do Protege de Goiás ele é deduzido das subvenções fiscais para investimentos por ser uma condicionante dos benefícios, o ajuste está demonstrado na nota 2 "e". **21. Custo das mercadorias vendidas** – Os custos das mercadorias vendidas incluem os custos de aquisição de mercadorias, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores e do ICMS substituição tributária recuperáveis. Despesas com frete relacionados ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição e com a transferência de mercadorias entre os Centros de Distribuição são incorporadas ao custo das mercadorias a serem vendidas.

	2022	2021
Custo das mercadorias vendidas	(1.122.089)	(981.826)
<b>Total do custo das mercadorias vendidas</b>	<b>(1.111.626)</b>	<b>(972.634)</b>

**22. Despesas operacionais** – A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2022	2021
Despesas comerciais	(81.504)	(64.491)
Despesas c/ pessoal e encargos	(60.142)	(51.630)
Despesas c/ serviços de terceiros	(8.219)	(7.317)
Depreciação/amortização	(2.711)	(1.870)
Aluguel de imóveis	(10.312)	(8.375)
Outros serviços	(4.245)	(3.973)
Despesas c/ operação	(20.210)	(17.579)
Despesas tributárias	(4.138)	(2.675)
Despesas tributárias períodos anteriores	(1.628)	(18.272)
<b>Total das despesas</b>	<b>(193.109)</b>	<b>(176.182)</b>

**23. Outras receitas operacionais**

	2022	2021
Receitas de aluguel	427	464
Reversão provisão para perdas de créditos	268	538
Ganho alienação de bens	2	2.002
Reversão provisão para demandas judiciais cíveis	-	746
Reversão provisão para demandas judiciais trabalhistas	-	553
Receitas de carga e descargas	1.545	1.581
Recuperação de créditos tributários (*)	-	34.846
Outras receitas	488	374
Descontos obtidos débitos tributários	1.240	-
<b>Total das outras receitas operacionais</b>	<b>3.970</b>	<b>41.104</b>

(\*) Foi reconhecido no ano de 2021 uma receita de recuperação de créditos tributários referente ao processo da Sociedade de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS com trânsito em julgado (ver nota 7 "a").

**24. Receitas e despesas financeiras**

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros ativos	1.683	1.317
Descontos obtidos	8.395	7.537
Renda de aplicações financeiras	162	90
AVP receita financeira	25.000	13.631
Atualização monetária créditos tributários	4.106	28.126
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>39.345</b>	<b>50.699</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas bancárias	(461)	(466)
Despesas de cobrança	(3.067)	(2.619)
Juros passivos (*)	(3.055)	(10.991)
Encargos com empréstimos e financiamentos	(30.492)	(11.665)
Descontos concedidos	(8.832)	(5.619)
Taxas cartão crédito	(895)	(748)
AVP despesa financeira	(9.773)	(9.551)
Outras despesas financeiras	(11)	(23)
(-) Ressarcimento taxas e despesas bancárias	1.600	1.522
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(54.986)</b>	<b>(40.159)</b>
<b>Total do Resultado financeiro</b>	<b>(15.641)</b>	<b>10.540</b>

(\*) Foi ajustado em 2021 o valor daos juros passivos incidentes sobre o Protege de Goiás explicado na nota 2 "e" e conforme determina o CPC 23, está sendo realizado reapresentação da composição desses valores referente a este período.

**25. Partes relacionadas – a. Transações com partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos assim como as transações entre partes relacionadas que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações com a Sociedade e demais empresas do grupo, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições e prazos usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

**Nos ativos e passivos saldos 2022**

Empresas	Forne- cedores	Empré- timos (Ativo)	Empré- timos (Passivo)
TRP Operadora Logística Ltda	3.845	47.930	-
MJC Administração e Participações Ltda	-	-	2.641
JBV Participações e Empreendimentos Ltda	-	-	1.079
<b>Total</b>	<b>3.845</b>	<b>47.930</b>	<b>3.720</b>

**Nos ativos e passivos saldos 2021**

Empresas	Forne- cedores	Empré- timos (Ativo)	Empré- timos (Passivo)
TRP Operadora Logística Ltda	1.969	38.415	-
MJC Administração e Participações Ltda	-	-	988
JBV Participações e Empreendimentos Ltda	-	-	849
<b>Total</b>	<b>1.969</b>	<b>38.415</b>	<b>1.837</b>

**No resultado do exercício de 2022**

Empresas	Receitas de aluguel	Despesas de aluguel	Despesa serviços de aluguel	Despesa serviços de frete prestados
TRP Operadora Logística Ltda	420	-	(63.937)	(2.359)
MJC Administração e Participações Ltda	-	(4.088)	-	-
JBV Participações e Empreendimentos Ltda	7	-	-	-
<b>Total</b>	<b>427</b>	<b>(4.088)</b>	<b>(63.937)</b>	<b>(2.359)</b>

**No resultado do exercício de 2021**

Empresas	Receitas de aluguel	Despesas de aluguel	Despesa serviços de aluguel	Despesa serviços de frete prestados
TRP Operadora Logística Ltda	464	-	(50.071)	(2.425)
MJC Administração e Participações Ltda	-	(3.744)	-	-
JBV Participações e Empreendimentos Ltda	7	-	-	-
<b>Total</b>	<b>464</b>	<b>(3.744)</b>	<b>(50.071)</b>	<b>(2.425)</b>

**b. Remuneração de pessoal chave da administração:** Em 2022, a remuneração e gastos de pessoal chave da administração, contempla pagamentos de diretores, que totalizou R\$ 144 que inclui pró-labore, benefícios e gastos, em 2021 esse valor foi de R\$ 144. **26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos** – A Sociedade possui instrumentos financeiros representados, substancialmente, saldos de contas correntes e aplicações financeiras junto a instituições financeiras, além de contas a receber e contas a pagar de terceiros e empréstimos contratados junto a instituições financeiras, além de saldos a receber. A administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles e de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em relação às vigentes no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares. A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois as taxas contratadas dos empréstimos e financiamentos são as praticadas efetivamente pelo mercado em transações semelhantes. **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da Sociedade: • Risco de crédito: Decorrem da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos. Para mitigar esse risco a Sociedade acompanha rigorosamente a sua política de vendas e aplicações financeiras, que inclui análise das instituições depositárias, seleção de clientes mediante análise de crédito e histórico de relacionamento, de forma a minimizar o risco de inadimplência. • Risco de concentração de recebíveis: A carteira de contas a receber possui adequado índice de pulverização. • Risco de taxa de juros: Exposição a riscos relacionados à variação de taxas de juros em função, principalmente, de empréstimos e financiamentos que poderão ter seus encargos financeiros ajustados pela variação da Selic e/ou do CDI para mais ou para menos. **27. Cobertura de seguros** – A Sociedade adota políticas de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As permissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes. **28. Outras informações – a. Operações com instrumentos derivativos:** A Sociedade não opera com instrumentos derivativos. **b. Benefícios a empregados:** A Sociedade concede benefícios aos empregados tais como, seguro de vida, plano de saúde, plano odontológico, convênios de cunho facilitador, sistema S, cesta básica e ticket alimentação, benefícios além da legalidade previstos.

Maurício Miguel Elias – Diretor Presidente  
Werlei Carlos de Oliveira – Contador CRC-GO 13.773/O

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

Ilmo Srs. Acionistas e Diretores

**Pérola Distribuição e Logística S/A** – São Paulo-SP

**Opinião do Auditor Independente:** Examinamos as Demonstrações Financeiras, da Empresa **Pérola Distribuição e Logística S/A**, encerradas em 31 de dezembro de 2022, que compreendem o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Fluxo de Caixa, Demonstração de Resultados Abrangentes, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa **Pérola Distribuição e Logística S/A**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas Financeiras adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para Opinião do Auditor:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profi-

fissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações Financeiras de acordo com as práticas Financeiras adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas atividades, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de

que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ■ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ■ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. ■ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ■ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração,

da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. ■ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiaânia-GO, 24 de maio de 2023.

Walkíria da Silva Alencar  
Auditor Independente  
CRC-GO 11.601-O CVM 11436

Publique no  
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

**DATA MERCANTIL** São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/05/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

